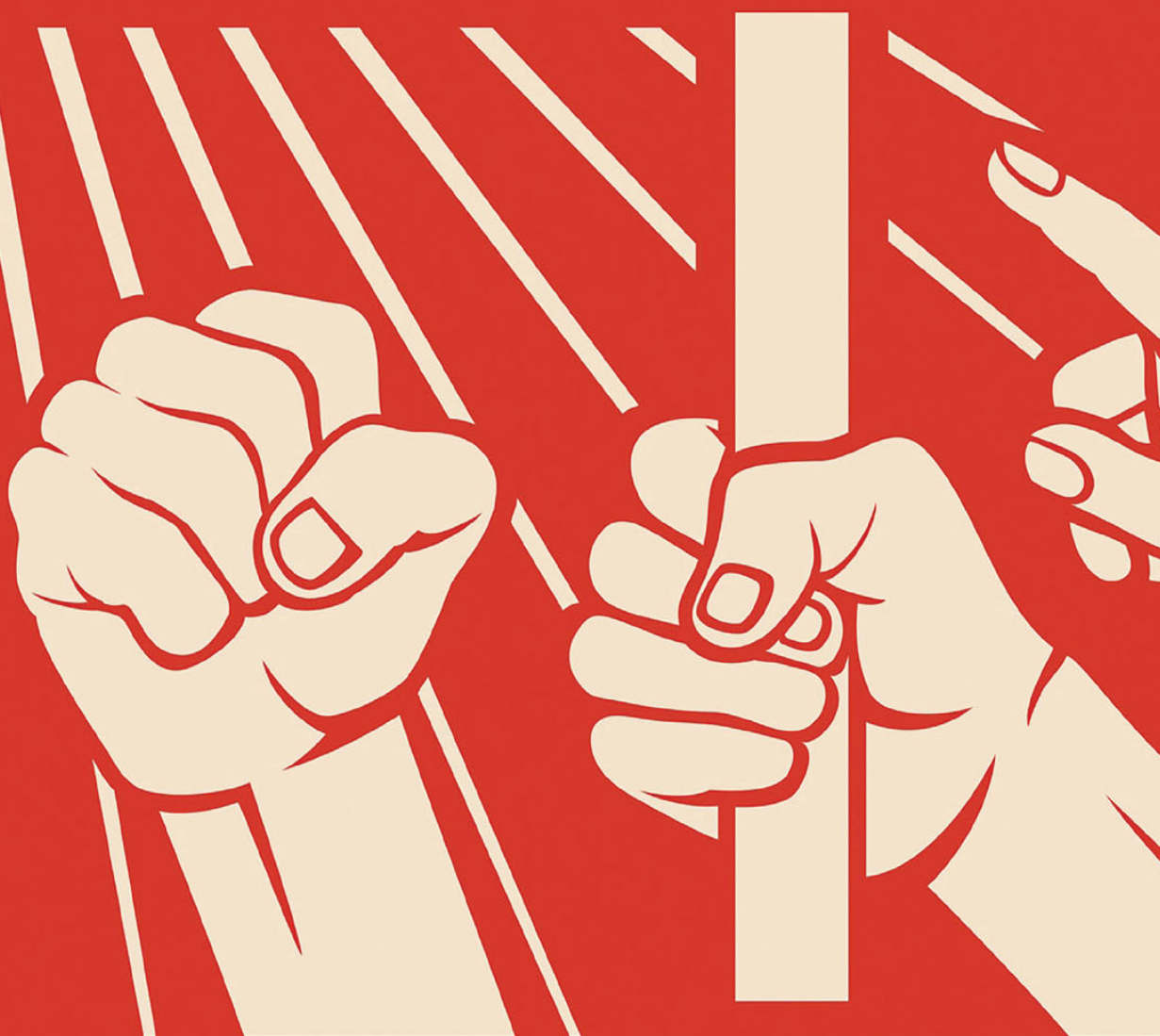




PRÉ-PUBLICAÇÃO

A RECESSÃO DEMOCRÁTICA





O nosso sistema político enfrenta uma ameaça maior do que aquela que temos reconhecido. Será que as democracias liberais imperfeitas de hoje são tão sólidas como acreditámos durante muito tempo? Como a nossa liberdade pode estar em perigo

 POR YASCHA MOUNK

Cientista político americano, nascido na Alemanha, professor na Universidade John Hopkins, especializado na crise da democracia liberal e na ascensão do populismo



P

Por toda a América do Norte e Europa Ocidental, os cidadãos confiam menos nos políticos do que era habitual. Estão a perder a confiança nas instituições democráticas. E o seu olhar sobre os governos é cada vez mais negativo. Tudo isto é preocupante. Mas talvez o mais notável sinal dos tempos seja algo bem menos tangível: os políticos sempre tiveram de enfrentar o desagrado do público, mas a intensidade da desconfiança, do ódio e da intimidação que encontram agora não tem precedentes. Até os políticos veteranos ficam surpreendidos pelo grau de azedume que enfrentam.

Na Europa Ocidental, continuam a subir nas sondagens partidos que põem sistematicamente em causa as normas democráticas básicas. Em todo o mundo, do Egito à Tailândia, experiências frágeis com a democracia foram esmagadas, e democracias que existiam degeneraram em ditaduras. Pela primeira vez em décadas, a Freedom House – que mede o grau da governação democrática em todo o mundo – contabilizou mais países a afastarem-se da democracia do que a darem passos na sua direção. Nas palavras de Larry Diamond, está agora em marcha “uma recessão democrática”.

É então mais do que tempo de desenvolver uma técnica empírica para testar as suposições em que os otimistas se apoiam há tanto tempo. A legitimidade do regime na América do Norte e na Europa Ocidental ainda é tão elevada como em tempos foi? Se democracias supostamente consolidadas começassem a desfazer-se, como é que isso sucederia? E em que momento teremos razão para concluir que a democracia já não é a única opção disponível?

Gostaria de sugerir que pelo menos três coisas têm de ser verdadeiras para que pensemos que a democracia ainda é a única escolha possível – e, por implicação, que ainda está tão segura como a maioria dos cientistas políticos pensa:

- A maior parte dos cidadãos teria de possuir uma ligação forte com a democracia liberal.
- A maior parte dos cidadãos teria de rejeitar alternativas autoritárias à democracia.
- Os partidos políticos e movimentos com poder real teriam de concordar com a importância de regras e normas democráticas básicas.

Ainda é assim?

Há muitas maneiras diferentes de encontrar uma resposta para esta pergunta. Olhar para as sondagens é apenas uma delas. E, dito isso, os estudos de opinião são uma ferramenta

muito útil para obter uma primeira resposta. Se os melhores dados disponíveis mostrarem que muitos cidadãos criticam não apenas governos específicos, mas também a própria democracia, isto confere uma credibilidade real ao receio de que a democracia já não seja a única escolha disponível.

Por isso, em conjunto com o meu colega Roberto Stefan Foa, decidi analisar o grau de apoio às instituições democráticas a partir da World Values Survey, a pesquisa mundial sobre valores que é a maior amostra transnacional das tendências públicas em todas as áreas, da política às questões sociais. O que encontramos foi chocante: na América do Norte e na Europa Ocidental, os cidadãos estão de facto a afastar-se da democracia em grandes números.

OS CIDADÃOS DESAFAIXAM-SE PELA DEMOCRACIA

Uma maneira direta de perceber como é que os cidadãos estão ligados ao seu sistema político é perguntar-lhes até que ponto é importante, para eles, viver numa democracia. Se estiverem profundamente comprometidos com a democracia, devem considerar inaceitável viver numa ditadura. Pelo contrário, se não atribuírem uma importância real ao facto de viverem numa democracia, então as defesas do sistema parecem bastante fracas.

A maior parte das pessoas mais velhas parece ter com a democracia a tal ligação intensa. Interrogados sobre quão importante é para eles viver numa democracia, numa escala de um a dez, cerca de dois terços dos norte-americanos nascidos nas décadas de 1930 e 1940 deram a resposta mais elevada: consideram essencial. Mas a maior parte dos mais jovens tem um apreço muito menor pelo seu sistema político. Entre os millennials norte-americanos, nascidos a partir de 1980, menos de um terço considera essencial viver numa democracia.

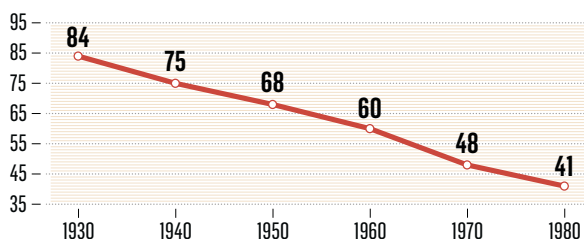
Fora dos EUA, o quadro é um pouco mais complicado. Em alguns países que têm uma história recente de governo autoritário, os jovens não têm um apreço significativamente menor pela democracia do que os mais velhos. Mas nas democracias que existem há mais tempo, em especial no mundo anglo-saxónico, os millennials mostram uma desilusão semelhante. Assim como nos EUA, os mais jovens têm menos apreço pelo regime em que vivem, o mesmo se passa com os jovens da Suécia à Austrália e da Grã-Bretanha à Holanda: dão menos importância a viver numa democracia.

Os críticos têm feito notar que uma coisa é os cidadãos serem indiferentes a viver numa democracia e outra, muito diferente, é rejeitarem a democracia como sistema político. Sendo assim, será que os cidadãos iriam tão longe ao ponto de afirmar que a democracia é uma maneira “má” ou “muito má” de governar o seu país?

Infelizmente, a resposta é sim.

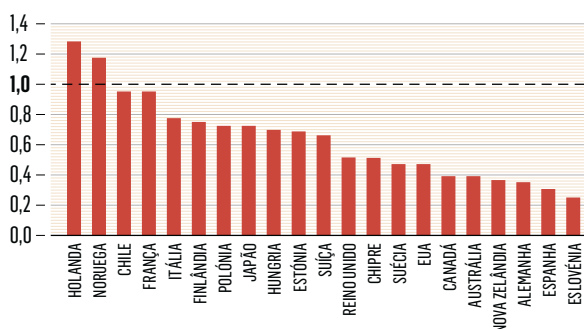
Nos EUA, por exemplo, cerca de um em cada quatro millennials acredita agora que a democracia é uma má maneira de governar o país – um aumento de mais de 100% em comparação com as pessoas mais velhas que responderam à sondagem. Globalmente, o quadro é mais uma vez idêntico: o desapontamento com a democracia também tem aumentado na Grã-Bretanha e na Holanda, na Suécia e na Nova Zelândia. Na verdade, até os jovens em países que são geralmente apontados como especialmente resistentes à atual crise da democracia liberal – como o Canadá, a Alemanha e a Suécia – são muito mais críticos da democracia do que os pais ou os avós

INTERESSE NA POLÍTICA (%)



Inquiridos norte-americanos que manifestam interesse na política, por década de nascimento

Uma pessoa nascida na década de 1930 tem ___ vezes mais probabilidades de considerar a democracia uma forma “má” ou “muito má” de governar o país do que uma pessoa nascida na década de 1980

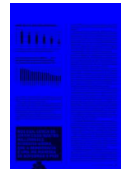


OS CIDADÃOS ESTÃO CADA VEZ MAIS ABERTOS A ALTERNATIVAS AUTORITÁRIAS

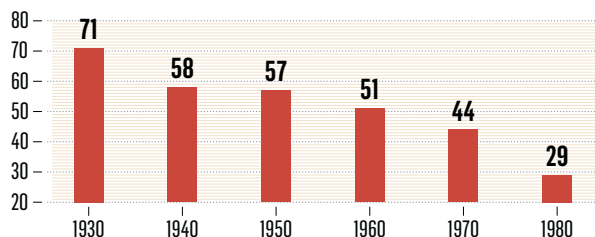
Tudo junto, é dolorosamente evidente que os cidadãos têm visões mais críticas sobre a democracia do que era habitual, e é especialmente provável que os jovens atribuam menos importância a viver em democracia. Claro que é preocupante. Mas pode também ser o reflexo de uma falta de alternativas. Talvez os cidadãos sejam menos entusiastas quanto ao seu sistema de governo sem que por isso se tornem mais abertos a alternativas?

Para testar esta hipótese, fomos à procura de apoio explícito a formas mais autoritárias de governo. A princípio, estávamos um pouco céticos quanto aos frutos que este empreendimento poderia trazer. Numa democracia, existe um forte tabu quanto a afirmar que se é a favor de acabar com as eleições ou de ter os militares a tomar conta do governo. Mesmo que muitas pessoas desajassem secretamente uma alternativa à democracia, não é evidente que um grande número estivesse pronto a olhar um estranho de frente e a admitir-lhe que tinha sentimentos antidemocráticos. E, no entanto, como depressa descobrimos, foi exatamente isto que fizeram.

Uma forma de avaliar o grau da abertura a alternativas autoritárias é perguntar aos inquiridos se eles pensam que seria uma boa forma de governo ter um líder forte que não tivesse de se importar com o Congresso ou com eleições. Não é a mesma coisa do que perguntar às pessoas se querem abolir completamente a democracia. E, no entanto, revela a abertura a um sistema que, em aspetos cruciais, seria profundamente antidemocrático: um líder forte que não está preocupado com eleições e não precisa de apoio parlamentar seria, para

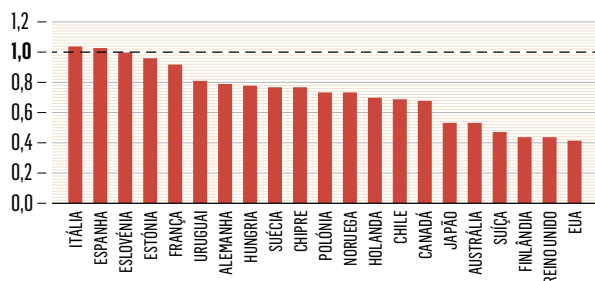


IMPORTÂNCIA DE VIVER NUMA DEMOCRACIA (%)



Percentagem de inquiridos norte-americanos que consideram "essencial" o facto de viverem numa democracia, por década de nascimento

Uma pessoa nascida na década de 1980 tem ___ vezes mais probabilidades de considerar tão essencial viver numa democracia como uma pessoa da década de 1930



todo os efeitos, um ditador sob outra designação. Então, será que os norte-americanos se tornaram mais abertos à ideia de terem como líder um homem-forte?

A resposta é sim. Na verdade, não são apenas os jovens norte-americanos que têm uma probabilidade maior do que os mais velhos de serem a favor de um homem-forte. Os norte-americanos de todas as idades são hoje mais a favor de um homem-forte do que eram há vinte anos.

Surpreendidos pelo número de pessoas a favor de um homem-forte, quisemos saber quantos eleitores estariam dispostos a apoiar uma alternativa ainda mais radical à de-

mocracia liberal. Será que uma fatia significativa dos norte-americanos diria, preto no branco, que apoia uma ditadura militar?

A boa notícia é que as pessoas que afirmam que um governo militar é uma boa maneira de governar a América são menos do que as que anseiam por um homem-forte livre de agir sem se importar com o Congresso ou com eleições. A má notícia é que o seu número aumenta rapidamente. O número de pessoas que apoia uma administração militar é agora praticamente tão alto nos EUA como em países com histórias tão turbulentas de relações entre civis e militares como são a Argélia (onde, em 2013, havia 17% a favor de um governo militar) ou o Iémen (onde 20% eram a favor).

É notável que o apoio ao governo militar tenha crescido mesmo em segmentos da população que em tempos o rejeitavam unanimemente. A velocidade desta transformação torna-se clara quando olhamos para o apoio ao governo militar entre os norte-americanos jovens e ricos. Há vinte anos, apenas 6% deste grupo era a favor de um governo militar. Desde então, este apoio cresceu quase seis vezes.

Olhando para lá do contexto norte-americano, há países em que o apoio a um governo militar caiu de facto nas últimas décadas. Mas a maior parte são nações, como o Chile, que tiveram uma experiência muito recente de ditadura militar. Pelo contrário, na vasta maioria de países de que possuímos dados – incluindo democracias há muito estabelecidas, como a Alemanha, a Grã-Bretanha, a Suécia e, especialmente, a Índia – aumentou marcadamente o número de cidadãos que acredita que seria bom ter os militares a governar.

Observamos uma tendência semelhante na percentagem de cidadãos que apoiam um líder forte que não tenha de se importar com o parlamento e com eleições. Mais uma vez, há países, incluindo a Suécia e a Suíça, em que este número declinou. Mas há muitos mais, da Alemanha aos EUA, em que subiu significativamente. De forma preocupante, dados mais recentes (e ainda não publicados) sugerem que, desde então, esta tendência sofreu uma aceleração. Numa sondagem de 2017, por exemplo, o número de eleitores alemães que manifestava apoio à ideia de um homem-forte no poder tinha duplicado, de 6 para 33%; entre os eleitores franceses tinha crescido de 5 para 48%. Na Grã-Bretanha, a revelação foi ainda mais acentuada: se, em 1999, apenas 25% tinham declarado apoio a um homem-forte, agora eram 50%.

Os resultados destes estudos são obviamente preocupantes. Mas para perceber se a democracia deixou ou não de ser a única opção possível, temos de olhar para lá dos números. Quando a democracia é estável, é em boa parte porque todos os atores políticos importantes estão dispostos a aderir, na maior parte do tempo, às regras básicas do jogo democrático.

Algumas destas regras são formais: um presidente ou primeiro-ministro permite ao poder judicial que investigue atos ilícitos cometidos por membros do seu governo, em vez de despedir o procurador; apoia uma cobertura noticiosa crítica da imprensa, em vez de mandar fechar jornais ou de perseguir jornalistas; quando perde eleições, abandona o cargo em paz, em vez de se agarrar ao poder.

Mas muitas destas regras são informais, o que faz com que seja mais difícil verificar a sua eventual violação. O governo não reescreve as leis eleitorais meses antes de eleições para elevar ao máximo as suas hipóteses de ganhar. As forças de protesto contra o sistema não glorificam líderes autoritários do passado, ameaçam mandar para a prisão os adversários

NOS EUA, CERCA DE UM EM CADA QUATRO MILLENNIALS ACREDITA AGORA QUE A DEMOCRACIA É UMA MÁ MANEIRA DE GOVERNAR O PAÍS





ou defendem a violação de direitos das minorias étnicas e religiosas. Os derrotados em eleições evitam, nos seus últimos dias em funções, limitar o âmbito de um cargo para o qual acabou de ser eleito um adversário. A oposição confirma um juiz competente de cuja ideologia não gosta, em vez de deixar um lugar em aberto no mais alto tribunal do país, e consegue um compromisso imperfeito sobre o orçamento em vez de paralisar o governo precipitando um *shutdown*.

Em resumo, os políticos que têm um verdadeiro compromisso para com o sistema olham para a política como um desporto de contacto em que todos os participantes lutam para obter uma vantagem sobre o adversário. Mas também sabem perfeitamente que tem de haver limites à concretização dos seus interesses partidários; que ganhar uma eleição importante ou aprovar uma lei urgente é menos importante do que preservar o sistema; e que a política democrática nunca deve degenerar em guerra generalizada.

A EROSIÃO DO RESPEITO PELAS NORMAS DEMOCRÁTICAS

“Para as democracias funcionarem”, escreveu há alguns anos Michael Ignatieff, teórico político e antigo líder do Partido Liberal do Canadá, “os políticos têm de respeitar a diferença entre um inimigo e um adversário. Um adversário é alguém que se quer derrotar. Um inimigo é alguém que é preciso destruir.”

Nos EUA, e em muitos outros países, já não é assim que a política democrática funciona. Como Ignatieff assinalou, estamos cada vez mais “a ver o que acontece quando uma política de inimigos suplanta uma política de adversários”. E muita da culpa é da nova colheita de populistas que nas últimas décadas tomou de assalto o palco político.

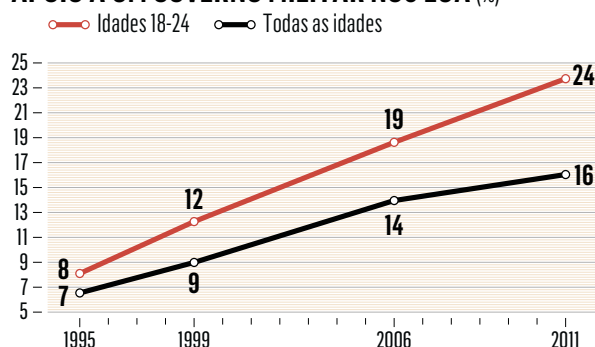
A ascensão dos recém-chegados à política será tanto um sinal de saúde e de vitalidade democrática como de doença iminente. Os sistemas políticos ganham com um debate de ideias completo e com a substituição regular de uma elite governante por outra. Novos partidos podem ajudar das duas maneiras: ao empurrarem para a agenda política questões há muito ignoradas, aumentam a representatividade do sistema político; e ao catapultarem para o poder uma nova colheita de políticos, injetam sangue novo nesse sistema.

Mesmo assim, há boas razões para pensar que o recente descongelamento do sistema partidário está longe de ser benigno. É que muitos dos novos partidos não fornecem apenas alternativas ideológicas dentro do sistema democrático – desafiam regras básicas e normas do próprio sistema.

Um dos primeiros populistas a conquistarem notoriedade foi Jörg Haider, da Áustria, um político esperto e carismático da Caríntia. Depois de assumir a liderança do Partido da Liberdade, em 1986, Haider encaminhou-o rapidamente para a extrema-direita. A sua posição estridentemente anti-imigração pode ser olhada como a inscrição na agenda política de um tema largamente ignorado pelos principais partidos, com evidente agrado dos eleitores. Mas o ponto a que ele estava disposto a chegar para subverter normas nucleares da democracia liberal tornou-se evidente quando se lançou numa reavaliação astuta do passado nazi da Áustria.

Falando para um público que incluía muitos antigos oficiais das SS, Haider defendeu: “Os nossos soldados não foram criminosos; quanto muito, foram vítimas.” Aumentando ainda mais o seu namoro com o Terceiro Reich, saudou os veteranos das assassinas Waffen-SS de Adolf Hitler, ao afirmar que “ainda há pessoas decentes de bom caráter que também se mantêm firmes nas suas convicções apesar de toda oposição”.

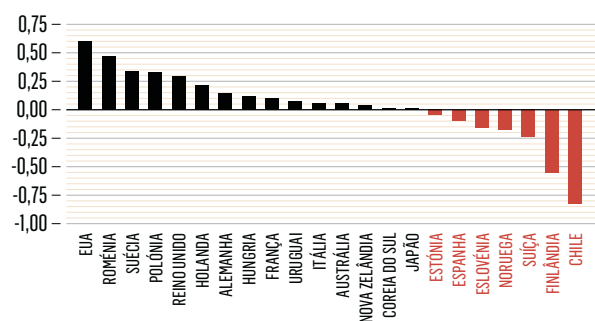
APOIO A UM GOVERNO MILITAR NOS EUA (%)



Percentagem de inquiridos norte-americanos que apontam como “bom” ou “muito bom” sistema político “ter o exército a governar”, 1995-2011

APOIO A UM GOVERNO MILITAR EM TODO O MUNDO

PERCENTAGEM DE MUDANÇA POR ANO



Alteração percentual, por ano, nos inquiridos em todo o mundo que pensam que “ter o exército a governar” é um sistema político “bom” ou “muito bom”

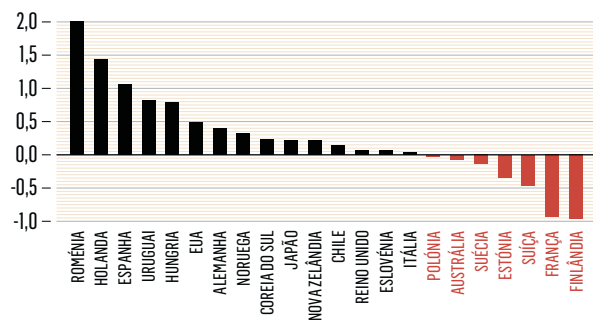
MUITOS DOS NOVOS PARTIDOS NÃO FORNECEM APENAS ALTERNATIVAS IDEOLÓGICAS DENTRO DO SISTEMA DEMOCRÁTICO – DESAFIAM REGRAS BÁSICAS E NORMAS DO PRÓPRIO SISTEMA





APOIO A UM HOMEM-FORTE EM TODO O MUNDO

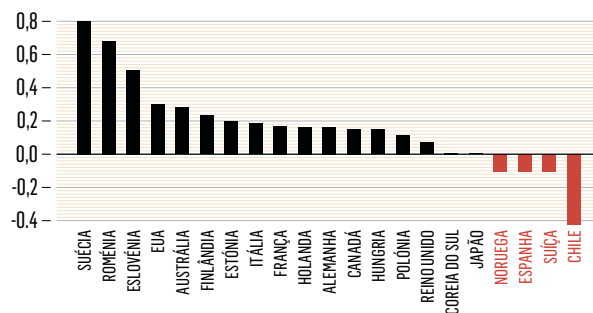
PERCENTAGEM DE MUDANÇA POR ANO



Alteração percentual, por ano, entre os inquiridos em todo o mundo que pensam que “ter um líder político forte que não tenha de se importar com parlamento ou eleições” é “bom” ou “muito bom”

RADICALISMO POLÍTICO ENTRE OS JOVENS

PERCENTAGEM DE MUDANÇA POR ANO



Alteração percentual, por ano, entre os millenials que se situam na extrema-esquerda ou na extrema-direita do espectro político

Transgredir os princípios políticos também é uma especialidade de Geert Wilders, o líder do Partido da Liberdade da Holanda, o PVV. O Islão, tem defendido, é “uma ideologia totalitária perigosa”. Enquanto outros populistas têm procurado banir as mesquitas ou os burquínis, Wilders, determinado a não lhes ficar atrás, já foi ao ponto de pedir a proibição do Corão.

Em comparação com Haider e Wilders, uma figura como Beppe Grillo parece, à primeira vista, bem mais benigna. Grillo entrou pela primeira vez na cena política em fúria contra a – demasiado óbvia – corrupção de Silvio Berlusconi, usando tiradas hilariantes e cheias de palavrões. Quando fundou o Movimento Cinco Estrelas (M5S), prometeu arrebatar o poder a uma “casta política” geriátrica e apenas interessada em si própria e combater por uma Itália mais moderna e tolerante.

Mas assim que o movimento ganhou popularidade, assumiu logo um discurso antissistema. Os seus ataques à corrupção de políticos específicos transformaram-se lentamente numa rejeição

radical de aspetos fulcrais do sistema político, incluindo o próprio parlamento. A fúria contra o establishment político foi sustentada por uma disposição crescente para enveredar por teorias de conspiração ou por contar mentiras flagrantes sobre os adversários políticos.

A razão pela qual populistas e recém-chegados à política estão tão prontos a desafiar as normas democráticas básicas é, em parte, tática: sempre que os populistas as transgridem, chamam sobre si a condenação unânime do establishment político. E claro que isso só prova que, tal como eles disseram, os populistas representam de facto um corte total com o status quo. Há por isso qualquer coisa de performativo na tendência dos populistas para quebrarem as normas democráticas: enquanto as suas declarações mais provocatórias são muitas vezes consideradas gaffes por observadores políticos, a sua disposição para cometer tais gaffes constitui uma boa parte do seu poder de sedução. Mas isso não torna menos perigoso o seu desrespeito: quando alguns elementos do sistema político estão dispostos a quebrar as regras, os outros têm um grande incentivo para os seguir. E, cada vez mais, é isso mesmo que fazem.

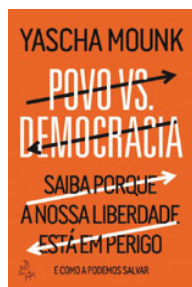
QUEBRAR AS REGRAS DA POLÍTICA

Na sua campanha, Donald Trump quebrou praticamente todas as regras básicas da política democrática. Prometeu mandar para a cadeia os adversários políticos. Recusou dizer se aceitaria o resultado eleitoral. Intimidou a imprensa e ameaçou alargar o âmbito das leis de difamação. Convidou uma potência estrangeira a sabotar o seu principal rival. Incitou ao ódio contra minorias étnicas e religiosas e prometeu tomar contra elas ações inconstitucionais.

Depois da sua eleição, Trump continuou a desprezar normas democráticas básicas. Enquanto presidente eleito, Trump fez alegações infundadas sobre fraude eleitoral generalizada. Denegriu a neutralidade de instituições estatais independentes, dos tribunais às agências de espionagem. Em telefonemas oficiais com chefes de Estado estrangeiros fez perguntas sobre a fase em que se encontravam as autorizações para projetos de construção de empresas suas. Recusou colocar as suas empresas sob um fundo administrativo independente. E saudou repetidamente o líder ditatorial de uma potência rival.

Já como presidente, Trump insistiu ainda mais nesse comportamento. Tem recusado resolver os seus substanciais conflitos de interesse. Tem usado a máquina do governo para espalhar mentiras absolutas. Tem tentado impedir residentes permanentes de regressarem aos Estados Unidos. Tem arengado contra “chamados juízes”. Tem chamado a jornalistas “inimigos do povo americano”. Tem ameaçado com aumentos de impostos os proprietários de empresas de media que são críticas. Tem posto entraves às tentativas para investigar os seus laços com a Rússia, unindo -se a legisladores que lhe são leais, despedindo o diretor do FBI e ameaçando-o publicamente com gravações secretas.

Tudo junto, é evidente que o homem que ocupa agora o mais alto cargo da mais poderosa democracia do mundo tem um desrespeito absoluto, e talvez até um desprezo orgulhoso, pelas regras mais básicas da democracia política. Ainda só estamos a começar a compreender o que pode isso significar para a estabilidade do sistema. visao@visao.pt



Artigo adaptado de um dos capítulos do novo livro de Yascha Mounk: **Povo Vs. Democracia** (Lua de Papel ed.)